

Semana de luta de 25 a 29 de março no SAMS

25 Fevereiro, 2019



Os sindicatos e a comissão de trabalhadores dos Serviços de Assistência Médico-Social do Sul e Ilhas (SAMS) exigem que se retome as negociações.

Esta é uma decisão dos plenários de 4 e 5 de fevereiro, no sentido de reclamar resposta aos ofícios enviados:

- À Direção do Sindicato dos Bancários Sul e Ilhas (SBSI), a 14 de fevereiro, para que retome as negociações e retire os requerimentos de caducidade;
- Ao Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do Partido Socialista, exposição e pedido de audiência, a 19 de fevereiro;
- Ao Ministro do Trabalho, exposição e pedido de audiência, a 29 de outubro, reiterado em 27 de novembro.

Para agravar a revolta dos trabalhadores, a Direção do SBSI emitiu um “comunicado” onde afirma que os sindicatos “recusam o diálogo”. Quando na verdade, estes têm enviado sucessivos pedidos de reunião dirigidos ao seu presidente que nunca obtiveram qualquer resposta, desde que interrompeu sem qualquer explicação, os processos negociais, em outubro de 2013.

Como se isso não bastasse, na apresentação do orçamento para 2019, afirmaram que pretendem retirar o direito aos SAMS aos seus trabalhadores, acusando-os de “contaminarem” o sistema (revista “O Bancário” de janeiro, pág. 6).

Direito de resposta

A comissão de trabalhadores e os sindicatos já enviaram um [texto](#) para publicação no “Bancário”, ao abrigo do direito de resposta, onde repõem a verdade dos factos e exigem explicações à Direção do SBSI acerca do referido artigo, pois é lesivo da dignidade pessoal e profissional dos trabalhadores.

Exposição e pedido de audiência ao Primeiro-Ministro

Uma delegação de sindicatos e da comissão de trabalhadores foi recebida a 19 de fevereiro, às 11h00, na residência oficial do Primeiro-Ministro pelo seu assessor económico, a quem foi entregue uma exposição e pedido de audiência dirigida ao Primeiro-Ministro e Secretário-Geral do Partido Socialista.

Neste documento, expusemos a nossa incompreensão e indignação, por a direção do SBSI se recusar a negociar com os sindicatos e sucessivamente ter encerrado os processos de conciliação, em 31 de julho de 2018 e, os de mediação, em 31 de dezembro de 2018.

Enunciámos também, que ao recusar a proposta do mediador para manter os processos negociais, demonstraram o seu claro objetivo de fazer caducar os Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho que se aplicam aos trabalhadores, com as consequências que daí advêm – o de acabar com a assistência nos SAMS.